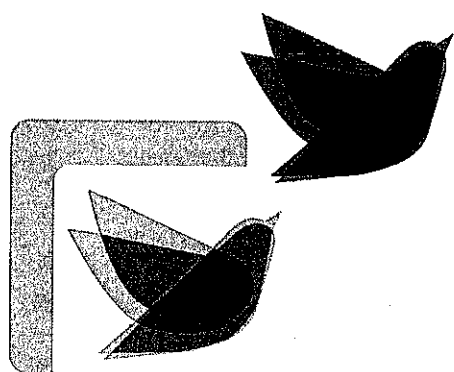


Balanço Anual de Gestão



RUMO

PARA CADA PESSOA
UM PROJETO DE VIDA

2023

Índice

1. OBJETIVO.....	3
2. ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO - INTERVENÇÃO DA RUMO.....	4
3. MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO DE 2023.....	5
4. OBJETIVOS DE GESTÃO: PROCESSOS DE SUPORTE E PROCESSOS-CHAVE.....	26
5. ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO.....	28
6. FATORES QUE AFETAM O SISTEMA DE GESTÃO:.....	34
7. RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA.....	35
8. PLANEAMENTO.....	36
9. ANEXOS.....	36

1. OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo apresentar formalmente o Balanço Anual de Gestão, do Sistema de Gestão da RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl., relativo ao ano de 2023.

Este balanço espelha os resultados obtidos nas atividades/projetos da Cooperativa tendo em conta as metas e o cumprimento dos objetivos definidos para o ano transato.



2. ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO – INTERVENÇÃO DA RUMO

O Sistema de Gestão da RUMO está ao serviço do apoio que prestamos a pessoas em situação de desvantagem na Formação, Emprego e Empreendedorismo, na Intervenção Territorial e Respostas Sociais, nomeadamente, na Residência para Crianças e Jovens em risco (Casa de Acolhimento Residencial RUMO) – CAR RUMO e no CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) – CIC RUMO, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente, no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades, à igualdade de género e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

Visa, sobretudo, o cumprimento da missão da Cooperativa, tendo como foco a promoção educativa, profissional e comunitária para todas as pessoas que se encontrem em situação de desvantagem.

O Sistema de Gestão da RUMO assume uma relação com a comunidade no seu todo, buscando a satisfação das partes interessadas no sentido de cumprir a missão amplamente conhecida e reconhecida – Para cada pessoa, um projeto de vida.

A uniformização, organização e simplificação dos processos de trabalho, desde o layout e standardização de documentos (impressos e ofícios) ao acesso a pastas de partilha geradoras de um funcionamento em rede, têm cumprido o propósito do aumento da eficiência e da melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas diferentes equipas.

3. MEMÓRIA DESCRITIVA DO ANO 2023

O ano de 2023 foi um ano desafiante para os/as trabalhadores e Órgãos Sociais da RUMO. Apesar dos desafios, realizámos inúmeras atividades e iniciativas que, em conjunto com os nossos parceiros e diferentes públicos, contribuíram para o cumprimento dos objetivos delineados para cada um/a das/os valências/projetos.

Destacamos o desenvolvimento das seguintes atividades/iniciativas no decurso do ano:

- Atividades solidárias e de angariação de fundos, tais como:
 - “Sorteio/Give Away – Brunch p/2 ” em parceria com o Restaurante “Porta 36” (Barreiro) para apoio da CAR RUMO / “II Festival Solidário de Sopas do Barreiro” / Campanha de Consignação solidária do IRS / Ações pontuais de angariação de bens alimentares e outros diferentes apoios (iniciativas RUMO Kids) / “Arraial Solidário” do Barreiro / “Campanha Pirlampo Mágico 2023” e “Caminhada Solidária” em parceria com o BNI Lisboa / Campanha “Desejos de Natal” da CAR RUMO / “Árvore Solidária da Volkswagen Autoeuropa 2023 (para apoio da CAR RUMO) / Iniciativas Solidárias em parceria com o Moto Clube do Barreiro e a Garrafeira Nacional (para apoio da CAR RUMO) / Campanha Pai Natal Solidário CTT 2023 (gestão da parceria pela equipa RSI RUMO); a campanha de angariação de fundos para obras de requalificação da CAR RUMO;
- Celebração do 10º ano do Centro de Inclusão Comunitária RUMO – Confraternização do grupo de utentes e familiares; equipa técnica; parceiros e amigos desta resposta social da RUMO;
- Lançamento do perfil de Instagram da Cooperativa como reforço da comunicação e divulgação das iniciativas e atividades da RUMO e de cada um dos diferentes projetos;
- Visita de uma delegação de representantes da Fundação La Caixa no âmbito do arranque do projeto ReIncorpora;
- Mesa Redonda sobre Emprego Apoiado com a presença do parceiro e Diretor Executivo da Status Employment, Robert Elston, dos representantes da Consultis e da APEA;

- Visita da Senhora Secretária de Estado da Igualdade e Migrações ao Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica Barreiro Moita (na sede da RUMO);
- Participação em diversas iniciativas a convite de entidades parceiras e/ou especialistas nas nossas três áreas de atuação. A título de exemplo, destacamos:
 - o III Encontro da CPCJ de Sousel; o Seminário do Projeto (In)Different Journey – Investigação Artística para a Inclusão; os Dias Abertos Artemrede; a Assembleia Participativa sobre a Implementação da Agenda 2030 – Relatório Nacional de Voluntariado; a Conferência Final do Projeto EU Digital Framework for Sign Languages; o Ignite Barreiro; a VII Academia FORMEM; a Semana do Empregador da Região de Lisboa (Dias Europeus do Empregador) – Centro de Formação Profissional do Seixal; a Sessão de Trabalho da CCDRLVT – Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação para estabelecimento de parcerias e fomento do trabalho em rede; a Sessão Informativa sobre “Contratação Inclusiva nas Empresas” (IDSET); a colaboração no Estudo de Inácia esteves e Maria da Saudade Baltazar – “Cuadernos de Gobierno y Administración Pública : Políticas activas de empleo e inclusión laboral de las personas com discapacidad e incapacidad. Un estudio de caso en Portugal”; a Campanha de Sensibilização “A Doença Mental não é Limite” da GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa; o Encontro “A voz das crianças e jovens em Acolhimento Residencial” (Santa Casa de Misericórdia de Almada); a Conferência “Viver na Comunidade: Contributos para as Políticas de Saúde Mental” (FNERDM); o Seminário Bairros Saudáveis: os ODS no Território; a 18ª Edição do Congresso Nacional de Esclerose Múltipla – Caminhos para a Autonomia” da SPEM (Évora); a Conferência “Economia Social e Solidária – o papel dos empreendedores sociais na criação de soluções para desafios locais” e a inclusão da RUMO na revista anual da FENACERCI; entre outras;
- Participação de um grupo de utentes do CIC RUMO no programa “Manhãs CM” (CMTV) com vista à divulgação do Judo enquanto desporto adaptado e da aposta desta resposta social da RUMO em atividades benéficas para os/as utentes;
- Promoção e realização de diversos Seminários e Ações de Formação com o objetivo de promover o Movimento de Emprego Apoiado (Curso de Tutores, Oficinas Formativas; Workshops; Seminários; Formação Inicial Pedagógica de Formadores; etc.)
- Celebração do 1º aniversário da Creche e Berçário RUMO Kids, no Barreiro;
- Promoção e a organização do Seminário “Mãos que cuidam, coração que acolhe – Um olhar sobre a Medida de Promoção e Proteção de Acolhimento Residencial” (CAR RUMO);

- Promoção e a organização da II Feira de Formação e Emprego | Barreiro Moita que decorreu no município do Barreiro e contou com múltiplos parceiros/membros da REBM, registando um crescimento em número de participantes e visitantes relativamente à primeira edição (realizada no município da Moita);
- Assinatura do Memorando de Entendimento entre a Valor T (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), o IEFP e um conjunto de organizações, entre as quais a RUMO, com vista ao estabelecimento de uma rede de parceiros com a missão comum da inclusão de pessoas com deficiência e/ou incapacidade no mercado de trabalho, no âmbito da execução e recurso à referida plataforma;
- Presença na Sessão “Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais do PRR – Creche” para entrega dos contratos e projetos aprovados (Fátima, Leiria);
- Celebração do 42º aniversário da Cooperativa com evento interno de convívio e motivação das diferentes equipas/projetos da RUMO;
- Seminário “O Barreiro a Ser Casa para pessoas em situação de sem-abrigo | Boas práticas, desafios e criatividade na intervenção psicossocial (Biblioteca do Barreiro);
- II Sessão de apresentação de resultados e testemunho no âmbito do Programa “Bairros Saudáveis – Unir Comunidades” (Teatro Aberto, Lisboa);
- Renovação da Marca Empregadora Inclusiva (IEFP) - 2ª distinção atribuída à RUMO [2021 e 2023];
- Visita à RUMO de uma delegação turca no âmbito do projeto “Technical Assistance for Empowering Women through Cooperatives”;
- Visita de Campo da Associação Recomeço e Associação Paralisia Cerebral de Odemira no âmbito do projeto “Mais Emprego, Mais Inclusão” promovido pela FNERDM;
- Participação e apresentação RUMO – “Formação Inclusão e Emprego Apoiado – Do Sonho à Realidade”, no Congresso Internacional da Inclusão Socioprofissional (FORMEM);
- Apresentação pública do Projeto Comunidades em Ação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR (Barreiro);

- Sessão de Encerramento do Projeto “Movimento Capacitar” – parceria entre a RUMO, a Santa casa da Misericórdia de Alhos Vedros e o Município da Moita;
- Organização do Espetáculo de Dança Inclusiva “Memórias” – promoção do CIC RUMO (no âmbito do Projeto financiado pelo INR – “Arte de Capacitar”) e participação dos convidados Academia MOTUS e Universidade da Terceira Idade do Barreiro;
- Reforço da participação da RUMO em redes de parceria como a FNERDM, nomeadamente por via da integração dos órgãos gerentes da Federação;
- Continuidade das atividades lúdico-pedagógicas no âmbito do Centro de Inclusão Comunitária – CIC RUMO: passeios / colónia de férias / Dança Inclusiva / atividades e conquistas desportivas (Desporto Adaptado);
- Continuação do controle financeiro e técnico no sentido de adequar os orçamentos e a realização dos objetivos propostos.

De uma forma mais específica, os aspetos mais relevantes de cada projeto RUMO nas três Áreas de Atuação da Cooperativa, em 2023, foram:

FORMAÇÃO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

Centro de Recursos | CR RUMO:

No ano de 2023 continuámos a verificar um aumento no número de solicitações por parte dos/as destinatários/as com deficiência e/ou incapacidade, tendo sido realizado um total de 703 entrevistas de triagem nos Serviços de Empregos para os quais somos credenciados.

Neste sentido, por comparação com 2022, registámos um aumento no n.º de destinatários/as abrangidos/as nas ações de IAOQE, AC e APC.

Demos continuidade às intervenções dinamizadas pelo projeto, bem como participámos e dinamizámos alguns Protocolos, parcerias, Seminários, tais como:

- Centro Incluir da Jerónimo Martins, SA.: continuámos a promover a integração laboral de PCDI nas lojas do Grupo, nomeadamente lojas Pingo Doce;
- Assinámos um Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o IEFP, no âmbito do projeto Valor T, com vista à promoção do acompanhamento pós-colocação dos destinatários/as integrados por estes. Foram referenciados os/as técnicos/as da equipa que receberão formação para trabalharem com plataforma específica para o efeito;
- Continuidade do Protocolo de colaboração com a CROB – Clínica de Reabilitação e Ortotraumatologia do Barreiro, no âmbito da Prescrição de produtos de Apoio. Em 2023 o CR RUMO, realizou 20 intervenções no âmbito da análise e atribuição de produtos de Apoio a PCDI;
- Representámos a RUMO, na Sessão de Informação sobre “Contratação Inclusiva nas Empresas”, promovida pela IDSET, em Setúbal;
- Demos continuidade aos atendimentos realizados nos Balcões Informativos e de Encaminhamento Social, mais concretamente no Núcleo Urbano da Verderena (Junta de Freguesia);
- Dinamizámos a Sessão de Formação sobre o tema “Apoios à Contratação de Públicos em Desvantagem”;
- Continuidade das Parcerias de Saúde Mental, com os departamentos de Psiquiatria do Centro Hospitalar Barreiro Montijo e Hospital Garcia de Orta;
- Início de parceria com o Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar de Setúbal;
- Articulação com equipas de tratamento a toxicodependentes e equipas de RSI, dos diferentes concelhos onde intervimos, bem como com entidades e associações com expressão nos territórios;
- Representação da RUMO, nos Conselhos Locais de Ação Social do Montijo e Seixal;
- Outras atividades e participação nas dinâmicas dos projetos existentes na RUMO.

FORMAR:

O Projeto FORMAR tem como objetivo a Qualificação profissional de pessoas com deficiência e/ou incapacidade ou com doença mental que se encontrem em situação de desvantagem de acordo com o definido na Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (MQPDI), através da promoção de ações de Formação Profissional de dupla certificação (9º ano de escolaridade e certificação profissional de nível II), de ações de Formação Profissional sem componente escolar e de ações de formação de curta duração (Formação Contínua).

Durante o ano 2023, no âmbito da candidatura 15/LVT/2021 foram desenvolvidas 9 cursos de Formação Inicial nas áreas profissionais de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade; Assistente Administrativo e Operador de Armazém. Os 9 cursos foram desenvolvidos ao longo do

ano de 2023 tendo 4 cursos transitado do ano de 2022, com exceção do Curso 1 que iniciou em dezembro de 2021.

Terminou em Junho de 2023 a candidatura do projeto 12/MQPDI- DL.

Salienta-se a contínua articulação da equipa de admissão com os técnicos da área da Reabilitação Profissional e com o Centro de Recursos da RUMO, no sentido de se agilizar os encaminhamentos de candidatos/as, o que se refletiu no início de várias ações de formação profissional, logo no início do ano de 2023.

Foi necessária uma articulação constante entre toda a equipa e restantes parceiros, ao longo do ano para atingir os objetivos propostos em candidatura.

INCORPORA:

No decurso do ano de 2023 o projeto INCORPORA destaca a continuidade do crescimento da procura deste serviço por parte de públicos vulneráveis, em situações de elevada vulnerabilidade, assim como o aumento do grau complexidade dos casos. Regista-se, igualmente, a afirmação dos pressupostos do trabalho em rede junto dos parceiros sociais e do tecido empresarial, no sentido de promover sinergias enriquecedoras para os territórios de atuação.

Em suma, e evolutivamente em comparação com o ano anterior, no ano de 2023 registaram-se os seguintes resultados (total dos dois semestres):

- ✓ 164 atendimentos;
- ✓ 76 visitas a empresas (prospecção);
- ✓ 55 inserções.

REINCORPORA:

No arranque do Projeto Reincorpora, destacamos a realização de duas reuniões grupais de divulgação, tendo uma decorrido no Estabelecimento Prisional e outra na Quinta da Várzea. Nesse sentido o início dos acompanhamentos decorreu a 14 março de 2023.

Verifica-se uma periodicidade semanal de trabalho no Estabelecimento Prisional de Setúbal e na Quinta da Várzea. Assim sendo, são agendados previamente dois dias por semana, sendo que o técnico desloca-se sempre que se verificar necessário. Esta periodicidade está somente centrada



nos acompanhamentos in loco, sendo que existe outro tipo de trabalho desenvolvido com os reclusos em liberdade condicional e no exterior.

Desde o primeiro momento que existiu uma excelente articulação e coordenação entre todos os elementos que constituem o SAEP e o técnico Reincorpora, permitindo que a integração decorresse da forma mais serena possível.

Semanalmente existe sempre um espaço para debate e partilha das situações, por forma a termos todos a mesma informação respeitante aos reclusos acompanhados.

Como exemplo dessa dinâmica, em alguns casos os termos de pena são alterados por acumulação de penas, ou muitas vezes os reclusos acabam por não sair em liberdade condicional aos 2/3 da pena tal como previsto. Desta forma, aquilo que seria expectável para o técnico no âmbito do seu trabalho com o recluso, fica inevitavelmente adiado. Ora, só como uma articulação constante entre o SAEP e o Reincorpora é que é possível ir alterando o plano individual de cada uma das pessoas acompanhadas. Nessa sequência, decorre uma reunião com todas as equipas de reinserção social e os técnicos Reincorpora por forma a conhecermos os coordenadores de cada equipa, mas também para agilizarmos procedimentos e formas de trabalho com os reclusos dentro e fora do estabelecimento prisional.

À semelhança da equipa do SAEP, as equipas de reinserção demonstram igualmente disponibilidade para discussão de casos e para resolução de algum constrangimento que possa vir a ocorrer. Exemplo disso foi a articulação contante entre o técnico Reincorpora e o técnico ERS, perante uma liberdade condicional onde o ex-recluso não tinha habitação, havendo grandes possibilidade de se tornar uma pessoa em situação de sem-abrigo. A situação resolveu-se, apenas porque esta articulação aconteceu de forma imediata e perante a crise.

No que diz respeito ao Estabelecimento Prisional de Setúbal, o técnico Reincorpora desenvolve a sua intervenção em dois locais distintos mas complementares. Assim, são desenvolvidos acompanhamentos no Estabelecimento prisional de Setúbal no âmbito do regime Fechado, mas também na Quinta da Várzea com reclusos em regime aberto.

Os reclusos apenas entram para o regime aberto na Quinta da Várzea, quando demonstram altos níveis de responsabilidade; comportamento adequado e comprometimento com as regras e diretrizes estabelecidas. Tal como acontece no regime fechado, onde os reclusos podem desenvolver diversas tarefas laborais como: limpezas; apoio no refeitório e copa; tarefas de construção civil; pinturas; organização da biblioteca, também na quinta da Várzea todos os reclusos desenvolvem tarefas agrícolas e de cultivo; de jardinagem; limpeza e manutenção dos



espaços; venda de produtos agrícolas; sendo que estão a trabalhar no exterior e muito mais próximos da liberdade.

Será importante destacar também, o relacionamento positivo estabelecido entre o técnico Reincorpora e os guardas prisionais, quer no Estabelecimento Prisional, quer na Quinta da Várzea. Todo o sistema prisional é bastante fechado, sendo que nem sempre o acolhimento de um novo elemento pode acontecer de forma serena. Porém, isso não foi sentido, na medida em que consideram que o trabalho desenvolvido pelo técnico, pode ser preponderante para o futuro dos reclusos ao nível da sua reintegração na sociedade a nível profissional.

Do ponto de vista dos atendimentos e acompanhamento, a intervenção está centrada no trabalho de competências psicossociais e de adequação comportamental verbal e não-verbal. Existe igualmente a necessidade de se pensar sobre um plano de vida futuro, muito assente em diagnósticos de empregabilidade e nos objetivos direcionados para uma integração sócio-profissional plena.

São desenvolvidos currículos com base na experiência prévia, mas também competências de empregabilidade muito específicas, como a preparação de entrevistas; cartas de apresentação, entre outras.

No âmbito da intervenção ainda em contexto prisional, tem-se verificado relevante o acompanhamento de alguns reclusos à Loja do Cidadão para renovação do cartão, bem como atendimentos no IEFP para inscrições na área da Reabilitação Profissional e para emprego.

Sendo que temos já uma pessoa em liberdade condicional, têm existido inúmeros atendimentos para resolução de assuntos relativos à vida da pessoa. Neste caso em particular, o técnico Reincorpora teve de articular com:

- A equipa de Rendimento Social de Inserção da Associação NÓS - participação financeira para o beneficiário;
- Entidade que presta apoio a nível alimentar;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional: Inscrição como desempregado; inscrição na área da Reabilitação Profissional na medida em que este beneficiário tem uma deficiência/ incapacidade; desenvolvimento de IAOQE e integração em Centro de Recursos;
- Entidade empregadora: acompanhamento a entrevistas de trabalho;



- Entidade Empregadora: apoio e acompanhamento pós-colocação;

Nesta fase, aguarda-se a sua plena e estável integração laboral, sendo que já existiram inúmeras reuniões sobre a temática do Projeto Solidário que possa ser desenvolvido na comunidade.

No âmbito do acompanhamento dos reclusos no Estabelecimento Prisional ao nível da sua posterior integração socioprofissional, são aplicados alguns documentos que implicam compromissos formais:

- Assinatura do Compromisso participação ReIncorpora Portugal;

- Preenchimento e avaliação da ficha de sinalização de caso (DGRSP/SAEP);

- Ficha de Consentimento e tratamento de dados pessoais (plataforma Incorpora)

Destacamos que as técnicas do SAEP tentam cumprir ao máximo com as Regras para a seleção dos participantes, porém nem sempre é possível existir um controlo exato sobre o termo; os 5/6 e os 2/3 das penas, tal como foi descrito anteriormente no ponto respeitante ao SAEP. Ainda assim, todos os procedimentos no âmbito da seleção são considerados, principalmente através do preenchimento e avaliação da ficha de caso da DGRSP e SAEP.

Comentários e Observações do trabalho da EP Setúbal

(Lições aprendidas, constrangimentos, propostas de melhoria)

A reintegração sócio-profissional de reclusos é uma temática que se reveste de extrema importância na nossa sociedade. Quando uma pessoa está a cumprir pena num estabelecimento prisional, ela acaba por estar separada do convívio social e em diversas situações acaba por perder a oportunidade de desenvolver-se profissionalmente, o que pode dificultar sua reintegração na sociedade após cumprir sua pena. Por esse motivo, existem programas como o ReIncorpora que apoiam as pessoas ainda em meio prisional, preparando-os para a sua integração laboral e estabilização financeira.

O fator emprego é preponderante para que as pessoas possam manter a sua independência e autonomia, mas também para que se evite a reincidência criminal. Ora, quando as pessoas têm acesso a empregos e oportunidades de desenvolvimento profissional, tornam-se mais independentes e têm menos probabilidades de recorrerem à criminalidade como forma de subsistência. No entanto, a reintegração sócio-profissional de reclusos não pode ser vista como um

processo simples. Por esse motivo, o técnico que em contexto prisional acompanha a pessoa e a prepara para este desafio, continuará este acompanhamento no exterior. Desta forma, poderá ir avaliando as suas competências e necessidades, por forma a ajudar a pessoa a encontrar um emprego adequado às suas características.

O modelo de Emprego Apoiado preconiza a ideia de que todas as pessoas em situação de desvantagem têm o direito de contribuir para a sua comunidade, aceder aos contextos profissionais e sociais disponíveis e usufruir dos mesmos recursos e benefícios que todas as outras pessoas.

Este modelo, nomeadamente através da prática do Jobmatching, pressupõe o desenvolvimento de percursos individualizados de inserção profissional e social, fator decisivo para o incremento da empregabilidade e da compatibilidade entre as necessidades das empresas e de um determinado posto de trabalho, com as competências de cada candidato/a. É também importante destacar, que a reintegração sócio-profissional de reclusos é um processo complexo, e que requer um esforço conjunto de várias entidades, incluindo o sistema prisional; as equipas de reinserção social; os recursos sociais na comunidade e o setor empresarial.

Por fim, outro dos benefícios da reintegração sócio-profissional, passa por ajudar a reduzir o estigma em torno de ex-presidiários. Muitas vezes, as pessoas enfrentam discriminação e preconceito por parte da sociedade, o que pode dificultar sua reintegração. No entanto, quando conseguem encontrar empregos, tornam-se membros produtivos da sociedade, ajudando a diminuir o estigma e a mudar a perceção das pessoas sobre os ex-presidiários.

Do ponto de vista genérico, o maior constrangimento passa pela dificuldade em perceber quando é a saída do recluso da prisão. Em alguns casos, aquilo que está previsto em termos de saídas nem sempre acontece na realidade, existindo a necessidade de o técnico reincorpora continuar o acompanhamento do recluso em contexto prisional. Em alguns casos, o técnico tem já os contatos desenvolvidos com as empresas para entrevistas e tudo terá de ser adiado.

Estando o projeto a decorrer formalmente desde o início de 2023, consideramos que tem sido extremamente importante a integração do ReIncorpora no sistema de serviços prisionais, sendo uma resposta que, até então, não existia para os reclusos. Uma vez que estamos perante um projeto piloto, existe sempre margem para melhoria e para constantes adaptações à realidade portuguesa. Porém, é de consenso geral entre os técnicos e guardas prisionais, que este projeto é essencial para a existência de uma reintegração destas pessoas na sociedade, principalmente no âmbito da integração sócio-profissional.



INTERVENÇÕES TERRITORIAIS

RE BM – Rede para a Empregabilidade | Barreiro Moita:

Em termos genéricos, a execução do plano de ação para o ano de 2023 no âmbito do Acordo de Cooperação revela os seguintes dados:

Foram realizadas as ações previstas no plano anual tendo estas registado a participação esperada de formandos/as e parceiros e cumprido o pressuposto relativo ao número horas de Formação.

Foi possível operacionalizar as ações formativas planeadas, chegando perto de pessoas em situação de exclusão e desvantagem social, providenciando, em conjugação com as entidades de referência dos territórios, um acompanhamento e *follow up* contínuo dos destinatários/ das ações.

O incremento e desenvolvimento do plano de formação no âmbito do desenvolvimento deste Acordo, tem vindo igualmente a reforçar as competências e capacidades dos técnicos/as das instituições locais que intervêm junto de públicos com diversas vulnerabilidades, a fim de garantir um melhor ajustamento e melhoria contínua das respostas e serviços prestados às comunidades.

Esta intervenção acontece e é reforçada, uma vez que tem em linha de conta a dinâmica da Rede Empregabilidade Barreiro e Moita, que se encontra fortemente implementada nestes territórios e de outras redes congéneres. É notório que esta dinâmica em rede se tem vindo a traduzir numa lógica de economia de escala e em efeitos multiplicadores claros no acompanhamento dos públicos-alvo destes territórios.

A pertinência e relevância das ações desenvolvidas neste ano de 2023, nomeadamente a 2ª edição da Feira de Formação e Emprego Barreiro Moita, têm sido amplamente reconhecidas, não só pelos formandos/as, como também pelas entidades locais, autarquias e demais organismos com os quais esta intervenção se articula, pelo que consideramos essencial que haja uma continuidade da intervenção realizada.

Em síntese, o presente Acordo permitiu a criação de respostas inovadoras, quer ao nível dos processos, quer dos resultados, envolvendo entidades públicas e privadas na sua realização, em contextos desfavorecidos. Assenta numa intervenção holística, baseada no indivíduo e centrada nas questões da formação pessoal, social e profissional e empregabilidade, valorizando o desenvolvimento de competências necessárias para concorrer ao mercado de trabalho.

SER CASA Barreiro:

O Projeto Ser Casa Barreiro funcionou numa parceria entre a autarquia do Barreiro e a equipa técnica da RUMO, responsável pela dinamização do Centro Diurno e a equipa da autarquia, responsável pela gestão de casos. A equipa contribuiu para a autonomia e inclusão dos/as utentes em estreita parceria com as entidades da comunidade.

As atividades sócio ocupacionais (Ação 1) foram dinamizadas nas instalações do Projeto Ser Casa Barreiro, pretendendo, em primeiro lugar, contribuir para o aumento dos níveis de conforto e bem-estar diários das pessoas em risco e em situação de sem-abrigo do concelho do Barreiro, nomeadamente através da garantia da primeira refeição diária, utilização da casa de banho para cuidados de higiene pessoal, condições para carregamento de telemóvel e/ou outros, espaço para guarda temporária de pertences, acesso à internet e à televisão, convívio interpessoal, entre outros.

Para além destas, foram igualmente planeadas e dinamizadas atividades com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais, individuais e/ou grupais, destacando-se as seguintes:

- Procura ativa de quartos para arrendar;
- Elaboração de CV;
- Inscrição online em emprego / formação;
- Elaboração de orçamentos familiares;
- Jogos de tabuleiro;
- Visualização de filmes;
- Desenvolvimento de competências e a prática de atividades desportivas (no exterior);
- Decoração do espaço;
- Dinâmicas de desenvolvimento de competências pessoal e social;
- Competências digitais (*Word, Excel*, redes sociais, criação de emails);
- Promoção de alguns ateliers: Leitura e escrita, Viola e Voz, Artes plásticas, Informática, etc.;
- Preparação para entrevistas de emprego.

As atividades sócio-ocupacionais foram, ao longo do ano, desenvolvidas de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre as 9h30 e as 14h30, tendo sido asseguradas por um Educador Social. A sua frequência não tinha qualquer tipo de obrigatoriedade, sendo monitorizada através do registo de presenças diário.

A ação de encerramento do projeto decorreu em junho, tendo ainda decorrido um período transitório de prorrogação no qual a RUMO garantiu o acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo sinalizadas.

CLDS 4G Barreiro “Comsigo”:

2023 marcou o término da 4ª geração do CLDS, projeto que, de acordo com a sua natureza de intervenção, respondeu às necessidades identificadas junto dos destinatários/as em função dos objetivos propostos e resultados esperados em candidatura.

A intervenção do Eixo I (responsabilidade da RUMO) teve uma expressão ampla e efetiva, estabelecendo e/ou reforçando novas articulações e parcerias, cujo impacto foi evidente não só nas atividades desenvolvidas e metas e resultados alcançados como no feedback de destinatários/as e parceiros/as, no individual e no coletivo.

Destacamos a concretização de atividades como a participação na dinamização da II Feira de Formação e Emprego Barreiro I Moita, no âmbito da dinâmica territorial da Rede para a Empregabilidade (REBM); Atividades ligadas ao empreendedorismo, em articulação e com a colaboração da IDSET; Atividades em Contexto Escolar, nomeadamente sessões de informação e capacitação sobre competências para a empregabilidade e competências empreendedoras; Encontros Empresariais com a colaboração e parceria da *Startup Barreiro*, do Gabinete de Apoio ao Empresário e da REBM.

Além das habituais sessões individuais e coletivas em itinerância e proximidade nos diferentes territórios: Sessões de apoio à empregabilidade; divulgação de ofertas de trabalho e de formação e/ou qualificação; Ações em pequeno grupo de capacitação ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional, promotoras da construção de projetos de vida. e, conseqüentemente, facilitadoras da inclusão social e integração profissional.

CLDS 4G Moita - “Moita Intervir para Incluir”:

O Projeto CLDS 4G Moita - “Moita Intervir para Incluir” iniciou a sua execução no dia 1 de setembro de 2020 e desenvolveu a sua intervenção no Concelho da Moita até dia 30 de junho de 2023. Teve como objetivo aumentar o nível de coesão social do Concelho da Moita, privilegiando na sua intervenção os grupos populacionais com maiores fragilidades, contribuindo para a mudança da situação das pessoas acompanhadas, tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade.



A equipa realizou um conjunto de ações que foram definidas com os parceiros do Núcleo Executivo da Moita e os parceiros da Rede Social para que o Plano de Ação elaborado pudesse responder às necessidades identificadas pelos vários agentes com intervenção no território, tendo como base os instrumentos de planeamento municipal, designadamente: Plano de Desenvolvimento Social e o Diagnóstico Social.

As ações a desenvolver integram os seguintes eixos de intervenção:

- Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
- Eixo 2: Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil.

A intervenção do Projeto durante o ano de 2023 foi desenvolvida numa perspetiva de *empowerment*, valorizando as experiências anteriores, as necessidades e aspirações individuais e promovendo o envolvimento e a participação efetiva dos destinatários na definição e implementação do seu próprio projeto de vida. Procurou sempre ser uma intervenção centrada na pessoa e na rede comunitária que a envolve de forma a contribuir para a sua plena integração.

De acordo com resultados obtidos nas diferentes atividades, consideramos que a execução do Projeto CLDS 4G Moita “Moita Intervir para Incluir” foi ao encontro do definido em Plano de Ação aquando da candidatura. Desenvolvemos as atividades como resposta às necessidades concretas e específicas dos destinatários/as, procurando uma adaptação constante à realidade com a qual nos fomos deparando. Para tal, foi essencial o trabalho em parceria com os vários agentes do território. Salientamos o trabalho desenvolvido ao longo da duração do projeto nas escolas do Concelho, onde desenvolvemos uma intervenção de grande proximidade procurando encontrar soluções inovadoras face aos problemas identificados (com intervenção desde o 1º ciclo ao Ensino Secundário).

Destacamos ainda o papel do CLDS da Moita na Organização na 2ª Edição da Feira de Formação e Emprego, contribuindo assim para a integração social e profissional dos nossos destinatários/as.

Comunidades em Ação - Moita:

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) os diversos municípios da AML juntaram-se com o objetivo de promover a regeneração e a inclusão social de comunidades onde se concentram diversas vulnerabilidades sociais e económicas. Surgiram assim as Comunidades em Ação para os seguintes territórios no Concelho da Moita: Operação Integrada Local (OIL) Baixa da

Banheira e Vale da Amoreira e Operação Integrada Local (OIL) Alhos Vedros, Quinta Fonte da Prata e Moita.

Neste contexto a RUMO é Parceira do Município da Moita e responsável pela dinamização dos seguintes Projetos: Projeto Empregabilidade em Rede (OIL Baixa da Banheira e Vale da Amoreira) e Projeto Multiculturalidade, Cidadania e Inclusão e Projeto Empregabilidade em Rede (OIL Alhos Vedros, Quinta Fonte da Prata e Moita).

Durante o ano de 2023, foram consolidados os projetos com vista à sua implementação. O trabalho desenvolvido consistiu, sobretudo, na dinamização e construção de parcerias com vista à implementação de ações de forma concertada e numa perspetiva de complementaridade às intervenções existentes.

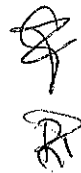
Comunidades em Ação - Barreiro:

A RUMO, no concelho do Barreiro, no âmbito do financiamento descrito anteriormente, é também responsável pela dinamização de ações de capacitação com vista a integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas:

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas é um programa financiado pela Segurança Social e funciona em parceria com o Banco Alimentar de Setúbal. Enquanto organização mediadora na prestação deste apoio no território da moita, a RUMO continua a assegurar uma distribuição mensal de alimentos a uma média anual de 128 destinatários/as (apoio prestado desde o ano de 2018), tendo este número mais que duplicado desde a pandemia COVID-19, mantendo-se neste patamar até ao presente.

A RUMO segue acompanhando atentamente as contínuas e cada vez mais agudas carências sentidas pelos agregados que apoia, mantendo o seu compromisso e missão ao serviço do combate à pobreza e à exclusão social a diferentes níveis, promovendo, assim, o combate à desigualdade.



RESPOSTAS SOCIAIS

Rendimento Social de Inserção – RSI RUMO:

A equipa de Rendimento Social de Inserção da RUMO intervém, há 16 anos, na freguesia da Baixa da Banheira e, desde julho de 2015, também nas freguesias de Alhos Vedros, Gaio-Rosário, Moita e Sarilhos Pequenos. Em 2023 a freguesia de Alhos Vedros passou a ser acompanhada geograficamente por outra entidade.

A equipa acompanhou, durante o ano de 2023, 709 agregados familiares, perfazendo um total de 1559 beneficiários/as.

Foram transferidos 189 agregados e cessados 122 processos (74 autonomizados por rendimentos, 28 por incumprimento e 20 por outros motivos, nomeadamente, 2 por saída do país, 9 por falecimento, 2 por indeferimento por má instrução do processo e 7 que prescindiram da prestação por iniciativa própria).

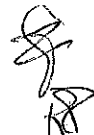
Após análise, identificaram-se diferentes tipologias familiares na população:

- 330 beneficiários/as isolados/as;
- 163 famílias nucleares;
- 175 agregados monoparentais femininos;
- 10 agregados monoparentais masculinos;
- 31 famílias alargadas.

A multiculturalidade é também um fator de relevo, contabilizando-se 86 agregados familiares de etnia cigana, 63 oriundos de países africanos, 5 do Brasil, 7 de países da Europa de Leste, 3 do Paquistão, 1 do Nepal e 1 do Irão.

Em 2023, a equipa verificou um conjunto de carências e dificuldades, tendo-nos deparado com um agravamento ao nível da falta de condições de habitabilidade, situações de despejo e pessoas em situação de sem abrigo:

- Desemprego: 660 beneficiários/as em idade ativa encontravam-se sem emprego, por vezes dois adultos por agregado; é de referir que 54 destes/as beneficiários/as apresentavam Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho;
- Analfabetismo: 15 pessoas com mais de 18 anos não sabiam ler nem escrever;
- Baixa escolaridade: 35 beneficiários/as possuíam níveis de escolaridade inferiores ao 4º ano;



- Falta de condições de habitabilidade: 120 agregados viviam em pátios ou habitações degradadas, sem condições mínimas de higiene e/ou segurança;
- Situação de sem-abrigo: identificaram-se 42 agregados familiares nesta situação;
- Situação de despejo: 45 agregados receberam avisos e/ou foram despejados;
- Doença mental: 50 beneficiários/as apresentavam diagnóstico;
- Deficiência cognitiva, motora ou sensorial: 25 beneficiários/as;
- Vítimas de violência doméstica: 24 pessoas;
- Alcoolismo: foram identificados 6 beneficiários/as com acompanhamento pela Unidade de Intervenção Local, e 12 beneficiários/as que não beneficiaram de qualquer acompanhamento especializado (por negarem o problema);
- Toxicodependência: 20 beneficiários/as apresentaram diagnóstico de consumo de substâncias, encontrando-se integrados em tratamento; 4 beneficiários/as não foram acompanhados, apesar de evidenciarem consumo de substâncias psicoativas;
- Crianças em risco: foram identificadas 48 crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT), o que corresponde a 24 famílias;
- Crianças sem integração: 65 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, não se encontravam integradas em equipamentos de infância;
- Insucesso, absentismo, ou abandono escolar: foram identificadas 11 crianças com situações relacionadas com estas problemáticas;
- Ausência de prestação social adequada: 68 beneficiários/as, com 55 anos ou mais, com problemas de saúde e sem Prestação Social para a Inclusão, continuaram a usufruir da prestação de Rendimento Social de Inserção.

Importa salientar ainda que continuou a verificar-se um número significativo de beneficiários/as com o 12º ano de escolaridade (101) e com licenciatura (23), algo que coloca novos desafios à intervenção.

Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica | Barreiro Moita:

O Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica Barreiro | Moita desenvolve a sua atividade na promoção da Igualdade, Cidadania e Não Discriminação, Igualdade de Género e no combate à Violência de Género, em particular no âmbito da violência doméstica, violência nas relações de intimidade, violência contra pessoas idosas, violência contra pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade e violência nas relações de intimidade entre jovens adolescentes, violência no namoro.

O CAV RUMO, apresenta-se como uma resposta especializada no apoio e acompanhamento psicológico, psicossocial, social e de informação e encaminhamento jurídico a pessoas vítimas de violência doméstica, de forma a promover uma efetiva re/inserção social através da re/construção de projetos de vida com base num suporte de atendimento de multivalências e numa perspetiva participativa de um Modelo de Atendimento Integrado, disponibilizando um conjunto de respostas às populações residentes nos Concelhos do Barreiro e da Moita.

Promove o trabalho em rede/parceria e uma intervenção integrada ao nível das respostas e otimização de recursos, desenvolvendo e promovendo ações de informação, prevenção, sensibilização e de formação para a Cidadania e Promoção de Competências com base de uma perspetiva de Empowerment dos/as destinatários/as.

Importa salientar que a atividade desenvolvida anteriormente pela RUMO no âmbito do combate à violência doméstica e na promoção da igualdade género, entre 2006 e 2014, e, atualmente, desde Novembro de 2018, é reconhecida pelos CLAS do Barreiro e da Moita, constando nos documentos de diagnóstico social e planos de desenvolvimento social, como intervenção especializada no contexto do combate à violência de género e na promoção da igualdade, cidadania e não discriminação.

Dados Estatísticos 2023 – CAVBM

1. Novos processos de pessoas vítimas de violência doméstica: 129;
2. Nº de atendimentos realizados: 457;
3. Nº de ações de divulgação, sensibilização e de formação: 3 (Total de destinatários/as: 124);
4. Nº de ações de formação frequentadas pela equipa técnica: 13;
5. Apoio psicológico e/ou psicossocial: 38 utentes;
6. Apoio Social: 92 utentes;
7. Informação e encaminhamento jurídico: 33 utentes;
8. Rede de parceria: 202 entidades;
9. Nº de reuniões setoriais: 39

Boas-práticas - CAVBM

1. Nº de utentes (pessoas vítimas de violência doméstica) em acompanhamento pela estrutura de atendimento;
2. Nº de atendimentos realizados pela estrutura de atendimento;
3. Nº de reuniões realizadas com entidades da parceria do protocolo;
4. Nº de ações de informação, sensibilização e de formação realizadas;
5. Valências de apoio disponibilizado a pessoas vítimas de violência doméstica pela estrutura de atendimento (apoio psicológico; apoio psicossocial, apoio social; informação e encaminhamento jurídico; informação e encaminhamento e apoio em situações de emergência;



6. Realização de atendimento descentralizado. A estrutura de atendimento realiza atendimento às populações dos concelhos do Barreiro e da Moita numa lógica de atendimento de proximidade. Existência de três espaços de atendimento devidamente identificados. Rumo (atendimentos de emergência – back-office da equipa técnica), Centro de Saúde da Moita (população residente no Concelho da Moita), CPCJ do Barreiro (população residente no Concelho do Barreiro).

7. Não obstante dos espaços identificados os locais de atendimento são ajustados, e encontram-se sempre disponíveis, de acordo com as necessidades identificadas junto das pessoas vítimas de violência domésticas que solicitam apoio da estrutura de atendimento, assim bem como situações provenientes de outros Concelhos limítrofes;

8. A estrutura de atendimento dispõe de serviço de telefónico permanente através do número de emergência (7 dias p/semana | 24h p/dia).

Mais se informa que dispõe de número fixo com horário de funcionamento entre as 9H e as 17H nos dias úteis.

Disponibiliza três números de serviço relativos aos elementos da equipa técnica e destinados a pessoas vítimas de violência doméstica que se encontrem em acompanhamento pela estrutura de acompanhamento;

9. Gestão, desenvolvimento e monitorização: utilização de instrumentos técnicos e metodologias de intervenção adaptados/as à problemática da violência doméstica; fichas únicas de atendimento, preenchimento de relatórios intercalares, finais, mensais, semestrais e anuais (execução física e financeira), supervisão e discussão de casos e frequência em ações de formação por parte da equipa técnica;

10. Articulação com entidades da parceria formal e informal da estrutura de atendimento;

11. Plano de comunicação: Mecanismos eficazes de divulgação e de informação disponibilizados a nível dos concelhos do Barreiro e da Moita, através de plataformas digitais da Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social, Crl, e ao nível das Autarquias do Barreiro e da Moita (Site institucional, cartazes, flyers e no âmbito dos CLAS – Concelhos Locais de Ação Social);

Estrutura de atendimento com contatos atualizados no âmbito da RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica);

12. Articulação com a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) no âmbito do apoio técnico e processos de monitorização;

13. Articulação com a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica) no âmbito da plataforma da gestão de vagas para encaminhamento de vítimas de violência doméstica para estruturas de acolhimento de emergência e casas abrigo;

14. Participação em reuniões com a RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica), promovidas pela CIG e pela Secretaria de Estado para a Igualdade;

15. Participação em reuniões com a Plataforma de Gestão da RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica) – ViViDo;

Casa de Acolhimento Residencial - CAR RUMO:

2023 foi um ano intenso para a Casa de Acolhimento Residencial da RUMO. Foi o ano em que a equipa organizou o primeiro encontro subordinado à temática do Acolhimento Residencial para crianças e jovens, que contou com a participação de figuras de extrema importância na área da promoção e proteção, e que teve uma boa adesão ao nível das inscrições para audiência, traduzindo-se num dia de grande orgulho para toda a equipa.

Foi também o ano em que a CAR estabeleceu parcerias com diversas entidades e pessoas (que são, de momento, voluntárias da resposta), sempre na perspetiva de alcançar novas formas de angariar fundos que permitam a realização de atividades com as crianças e jovens.

Destacamos, também, as férias de verão com o grupo, na Pousada da Juventude de Portimão, de onde todos trouxemos memórias de conhecimento, de passagem por locais novos, de atividades que realizamos em conjunto, e, sobretudo, de união e companheirismo entre todos.

Ainda em 2023, mantivemos a estabilidade, a empatia e o crescimento enquanto equipa que procura ter uma abordagem sensível ao trauma e adaptada a cada criança ou jovem. Mantivemos também a realização da festa de Natal das famílias, que já se tornou num momento de grande intensidade afetiva para todos, assim como o apadrinhamento dos desejos de Natal das crianças e jovens, conseguindo apadrinhar o total dos presentes em cerca de 15 dias.

Centro de Inclusão Comunitária – CIC RUMO:

O Ano de 2023 iniciou com um Encontro de Famílias a 7 de janeiro na coletividade “Os Leças”. Este Encontro teve como objetivo a celebração do 10º aniversário do CIC em que confraternizámos em torno de um almoço com mostra de trabalhos dos utentes, portfolio de atividades e apresentação de uma coreografia Grupo INCLUDANCE.

Ao longo deste ano temos a destacar:

- O Projeto “Arte de Capacitar” financiado pelo INR- Instituto Nacional de Reabilitação que proporcionou a realização de sessões semanais de dança, tertúlias com várias organizações - NÓS, CERCIMB, MOTUS, Universidade Sénior do Barreiro, uma ação de formação na temática da dança inclusiva aberta à comunidade. Ainda no âmbito deste projeto, o grupo INCLUDANCE fez ao longo do ano várias apresentações públicas nomeadamente: Arraial Solidário Barreiro, festas do Agrupamento de Freguesias de Stº André Alto Seixalinho e Verderena no Parque da Cidade, Fórum Cultural de Alcochete a convite da Comissão Nacional de Proteção de Menores, Biblioteca da



Moita- Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e a 9 de Dezembro, no CEA Vale da Amoreira, um Espetáculo de Dança Inclusiva de encerramento do projeto, aberto às famílias e comunidade. Neste dia de partilhas, emoções e afirmação do Grupo INCLUDANCE contámos com a participação da Academia de Dança Motus e Universidade Sénior do Barreiro.

- A Viagem do Ano realizou-se em maio em que fomos participar no Walking Festival de Alcanena tendo como elo de ligação o Dançarem- grupo de dança de Santarém. Aqui realizámos atividades de lazer, musicais, dança, caminhadas... numa interação genuína com todos os participantes e organizadores do espetáculo.

- A Colónia de Férias teve lugar na primeira semana de julho. Fomos até ao Sotavento Algarvio-Fuzeta. Semana de realização de atividades diversas que proporcionaram aos utentes momentos de diversão, partilha, lazer ...na praia, na piscina, no passeio de barco pela Ria Formosa até à Ilha da Armona, no comboio até praia do Barril, degustar um gelado na noite em Tavira, comer em restaurante e...

- As Atividades Terapêuticas decorreram de uma forma regular havendo a destacar a dança inclusiva, acima referida, e o Judo. Esta atividade tem vindo a ganhar projeção em que os nossos judocas continuam a ser medalhados tendo sido em janeiro convidados para programa de TV como testemunhos da importância do Judo Adaptado.

- Das Atividades Socialmente Uteis destacamos a Contratualização de 3 utentes que assinaram Contrato de Trabalho a Termo Certo de 3 horas diárias com a empresa Uniself. Uma das utentes desvinculou-se do CIC e os outros dois continuam a usufruir das atividades do CIC.

- As atividades desenvolvidas no interior do CIC permitiram desenvolver um conjunto de capacidades como a autoestima, a autoconfiança e a valorização pessoal, fomentando assim a sua autodeterminação com o objetivo da sua inclusão social e profissional.

Consideramos o ano de 2023 como um ano bem-sucedido que lançou mais sementes de inclusão pessoal, social e profissional dos utentes e de mudança positiva da imagem da Pessoa com Deficiência.

Creche e Berçário – RUMO Kids:

A RUMO presta um serviço de Creche denominado “RUMO Kids” desde o dia 14 de outubro de 2022, marcando a diferença na comunidade e tendo como orientação a missão da RUMO.

A RUMO Kids é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Esta nova valência funciona na Quinta da Lomba e está organizada em 3 salas, de acordo com as características específicas das diferentes faixas etárias, de acordo com a seguinte distribuição:

- Berçário até à aquisição da marcha
- Da aquisição da marcha até aos 24 meses
- Dos 24 meses aos 36 meses

A Creche RUMO Kids visa promover:

- O desenvolvimento das crianças através de uma atividade eminentemente relacional e promotora da autonomia, tendo em conta o seu ritmo e respondendo às necessidades, tanto básicas como socioeducativas;
- A concretização plena dos seus objetivos educativos, o bem-estar das crianças e funcionários, potenciando o envolvimento efetivo da comunidade e da família.

A Creche RUMO Kids tem como objetivos:

- a) Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- b) Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;
- c) Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- d) Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- e) Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- f) Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade;
- g) Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar;
- h) Promoção da igualdade de género;
- i) Formar cidadãos responsáveis, independentes, críticos, solidários e apaixonados pela descoberta, capazes de dar o seu melhor contributo para um mundo em constante mudança.

Tem como base para a sua intervenção o Movimento da Escola Moderna que se assume como movimento social de desenvolvimento humano e de mudança pedagógica” (Niza, 2009, p. 348). “Entendendo a democracia como a matriz de organização e vivência humana com prometida

com os direitos do homem e da criança, (Niza, 1996)". A organização social fundada na cooperação, no diálogo e na negociação, capaz de instituir uma cultura democrática no trabalho/processo de humanização.

Neste primeiro ano de funcionamento o balanço é bastante positivo, as famílias têm tido um grande envolvimento em todas as atividades da valência e denota-se um grande desenvolvimento ao nível das crianças que já adquiriram várias rotinas ao nível alimentar e de atividades que não tinham em casa.

A atividade da Cooperativa, globalmente e por projeto é, continuamente, divulgada e promovida junto dos diferentes públicos e/ou por via de difusão via e-mail, Facebook, Instagram, *LinkedIn*, *e-News* (mensal), website e exposição/distribuição de materiais (comunicação gráfica).

Neste ano de 2023, a RUMO desenvolveu, conforme definido no Plano de Atividades para o referido ano, as atividades cuja descrição e avaliação se encontram espelhados na Matriz Global de Gestão.

4. OBJETIVOS DE GESTÃO: Processos de Suporte e Processos Chave

A RUMO determina e gere os processos necessários para alcançar os resultados pretendidos, usando, para tal, uma abordagem sistémica de gestão. No sentido do cumprimento do âmbito do Sistema de Gestão, encontram-se definidos processos-chave que são monitorizados semestralmente – dois relatórios por ano, por projeto/unidade. Os indicadores e as metas organizacionais estão definidas, por processo, na Matriz Global de Gestão. A monitorização dos indicadores dos processos é efetuada de acordo com o especificado para cada indicador.

Para a comunicação do exercício do ano de 2023, assumimos uma perspetiva da relação entre os objetivos/metastabelecidas e atingidas pelos diferentes projetos no âmbito da sua Área de Intervenção e respetiva ponderação e análise sempre numa lógica de melhoria contínua.



5. ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO

Em seguida, passaremos à apresentação dos resultados obtidos no ano de 2023 (resultados em média combinada dos dois semestres).

Nota: Para as valências/ respostas sociais Centro de Inclusão Comunitária – CIC e Casa de Acolhimento Residencial – CAR RUMO, esta análise será realizada com base no estabelecido na última revisão à Matriz Global de Gestão.

5.1. Processos-Chave LIJ

PCLIJ 1 Acolhimento e Integração

ID1 – Tempo médio para a realização da avaliação diagnóstica

ID1	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	<20		NA	NA				NA

ID2 – N.º de integrações

ID2	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Monitorizar							0

Em 2023 não foram admitidos novos elementos na Casa de Acolhimento Residencial RUMO, influenciando diretamente o indicador ID1 (não aplicável).

PCLIJ2 Projeto Educativo

ID3 – Taxa de PSEI's elaborados em 30 dias ou menos

ID3	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	> 90%							NA

Não se tendo verificado a admissão de novos elementos em 2023, o cálculo da taxa relativa à elaboração de PSEIs não se aplica.

ID4 – Taxa do cumprimento do Plano de Atividades

ID4	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≥ 90%	90%	100%	95%	70%	60%	90%	120%

O resultado obtido ficou, este ano, 30 valores percentuais acima do previsto (90%) e, igualmente, acima do registado no ano de 2022 registando assim o cumprimento de todas as atividades previstas/planeadas por imposições da Segurança Social e da DGS e de outras decorrentes de parcerias, iniciativas solidárias e do esforço e compromisso da equipa técnica, do grupo e da Cooperativa no seu conjunto.

PCLIJ 3 Nutrição, Alimentação e Cuidados Especiais

ID5 – Índice de qualidade de alimentação.

ID5	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≤ 5	100%	53%	100%	100%	100%	100%	100%

Este indicador é apurado tendo por base uma listagem de aspetos considerados relevantes para uma alimentação de qualidade, que foi monitorizada mensalmente pela CAR. Os aspetos definidos são:

- Fruta fresca e variada
- Refeições de peixe e carne intercaladas
- Introdução de salada em todas as refeições
- Refeição acompanhada com água
- Doce apenas uma vez por semana
- Sopa todos os dias
- Ementas adequadas à época do ano
- Não reutilização de óleo de fritura
- Preocupação com a confeção em termos de sabor
- Preocupação com a apresentação da comida
- Variedade de lanche
- Ementa de jantar especial escolhida pelo aniversariante



ID6 – Taxa de satisfação das crianças/jovens relativamente aos cuidados prestados

ID6	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≥ 80%	63,36%	67%	N/A	N/A	N/A	N/A	NA

Este resultado mantém-se por apurar desde 2019.

5.2. Processos-Chave CIC/CAO

PCCAO 1 - Admissão, Acolhimento e Integração

ID7 – N.º de rescisões do contrato de prestação de serviços

ID7	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≤ 2							1

Homologamente ao ano anterior, durante o ano de 2023 registou-se uma rescisão de contrato no âmbito do CIC.

ID8 – Tempo médio decorrido entre a inscrição e a entrada na lista de candidatos (n.º de dias)

ID8	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≤ 15							NA

Durante o ano de 2023 não se procedeu ao monitoramento do período de espera entre a data de inscrição na resposta e a entrada na lista de candidatos/as.

Salienta-se a recomendação de retomar a monitorização deste indicador de modo a apurar o grau de cumprimento e/ou necessidade de melhoria dos procedimentos.



PCCAO 2 Projeto de Vida

ID10 – Grau de satisfação das famílias/representante legal

ID10	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≥ 80%	82,1%	80,27%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

O grau de satisfação das famílias/representante legal não é aferido desde o ano de 2019.

ID11 – Grau de execução dos objetivos previstos (PII)

ID11	Meta	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	≥ 70%	82,9%	88,18%	82,1%	84,4%	88,54%	97,88%	93,78%

O grau de execução do PII subiu em 2023, cerca de 6%, mantendo-se acima da meta definida (70%), o que demonstra uma adequação entre os objetivos planejados e aquilo que se consegue efetivamente realizar no âmbito desta resposta social da RUMO.

5.3. Apresentação e análise do cumprimento dos objetivos e atividades dos restantes projetos no âmbito das três áreas de atuação da Cooperativa

Para espelhar no Balanço pela Gestão o cumprimento dos objetivos propostos por cada projeto, apresenta-se o grau de cumprimento dos objetivos planejados por resposta e por semestre:

	1º SEMESTRE 2023			
	Taxa de cumprimento de objetivos	N.º de atividades planejadas	N.º de atividades executadas	Taxa (MÉDIA) de cumprimento de atividades
CAO-CIC (RS)	133,19%	23	22	95,65%
CAAV (RS)	117,10%	6	6	100,00%
CAR RUMO (RS)	114,17%	24	24	100,00%
Centro de Recursos (FEE)	111,79%	19	19	100,00%

CLDS Moita (FEE)	174,12%	10	10	100,00%
FORMAR (FEE)	84,36%	23	23	100,00%
Incorpora (FEE)	175,67%	3	3	100,00%
CLDS Moita (IT)	1405,33%	3	3	100,00%
REBM (IT)	200,73%	7	7	100,00%
RSI RUMO (RS)	157,27%	20	17	85,00%
Ser Casa Barreiro (IT)	100,00%	11	11	100,00%
RUMO Kids (RS)	100,00%	11	11	100,00%
Relincorpora (FEE)	100,00%	3	3	100,00%
TOTAIS	264,05%	149	145	98,51%

2º SEMESTRE 2023				
	Taxa de cumprimento de objetivos	N.º de atividades planeadas	N.º de atividades executadas	Taxa (MÉDIA) de cumprimento de atividades
CAO-CIC (RS)	128,17%	21	19	90,48%
CAAV (RS)	120,95%	6	6	100,00%
CAR RUMO (RS)	125,56%	30	28	93,33%
Centro de Recursos (FEE)	91,17%	21	21	100,00%
FORMAR (FEE)	47,10%	20	16	80,00%
Incorpora (FEE)	121,33%	3	3	100,00%
REBM (IT)	413,83%	6	6	100,00%
RSI RUMO (RS)	111,14%	21	19	90,48%
Ser Casa Barreiro (IT)	<i>O prolongamento do projeto resultou no acréscimo de 5 atividades executadas para além do previsto</i>	11	15	136,36%
RUMO Kids (RS)	102,42%	9	9	100,00%
Relincorpora (FEE)	100,00%	3	3	100,00%
TOTAIS	144,91%	139	139	99,15%

Comparativamente ao ano anterior, verificamos o registo de uma diminuição percentual no que concerne às taxas de cumprimento dos objetivos, **204,48%** (média ponderada no resultado dos 2 semestres) no global deste ano, por comparação a 326,77% em 2022. De salientar que ultrapassámos a meta estabelecida de 90%.

Contudo, tendo em conta a correspondência, na maioria dos casos, das atividades planeadas com as executadas, podemos inferir que se verificou o aconselhado ajustamento dos objetivos e metas no Plano de Atividades para o ano de 2023, em consideração às recomendações do Balanço de 2022.

Já no que diz respeito à taxa de cumprimento das atividades dos projetos/valências da Cooperativa, verificamos então a concretização quase plena do estabelecido nos Planos de



Atividades – **98,51%** (no primeiro semestre) e **99,15%** (no segundo semestre) por comparação aos 91,12% e 90,01%, respectivamente, resultantes do exercício em 2022.

Esta concretização praticamente total da taxa de cumprimento final (cálculo da taxa em média anual) reflete, necessariamente, o grau de compromisso, competência e resiliência aos desafios e adversidades dos técnicos/as e trabalhadores/as da RUMO, confirmando um espírito de missão merecedor de destaque.

De acordo com as memórias descritivas dos projetos em cada uma das três Áreas de Atuação, é notório esse compromisso e entrega, sobretudo no envolvimento nas inúmeras parcerias e, em especial, na organização/promoção de eventos e iniciativas com a chancela RUMO e a sua marca identitária amplamente reconhecida.

Ainda, quando aferimos a taxa de execução de atividades (média ponderada no resultado dos dois semestres) realizada por Área de Atuação, verificamos os seguintes resultados:

- Respostas Sociais (96,17%) (em comparação com 90,26% em 2022)
- Formação, Emprego e Empreendedorismo (98%) (em comparação com 96,35% em 2022)
- Intervenções Territoriais (109%) (em comparação com 85,01% em 2022)

Cada uma das três áreas de atuação registra um saldo positivo, pelo que os/as coordenadores/as e/ou responsáveis de cada uma destas respostas, conjuntamente com a Direção Técnica, deverão procurar aferir se, para o exercício de 2024, poderá verificar-se uma redefinição dos objetivos, visando manter ou melhorar continuamente a atuação da Cooperativa.



6. Fatores que afetam o Sistema de Gestão:

Negativamente:

- Financiamento parcial dos projetos/programas e funcionamento por reembolso;
- Cruzamento de critérios relevantes para a gestão da organização: gestão por projeto *versus* gestão global da Cooperativa (dimensões financeira e de recursos humanos) – desafio contínuo;

Positivamente:

- Integração de organismos associativos e cooperativos de representação do setor (FENACERCI, FORMEM, APEA, EUSE, RSOPT, CASES, FNERDM, entre outras);
 - Reconhecimento e notoriedade atribuídos pelos diferentes públicos ao relevo e qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa ao longo das suas mais de quatro décadas de atividade;
 - Atividade múltipla e cada vez mais diversificada no âmbito da solidariedade social e apoio à comunidade e resposta positiva e adequada às necessidades e lacunas das comunidades onde atuamos;
 - Ampla experiência de grande parte dos/as técnicos/as da Cooperativa e o seu grau de envolvimento e relações de trabalho e cooperação com entidades e parceiros locais;
 - Participação nos grupos de trabalho das redes sociais do Barreiro, Moita, Almada e Seixal;
 - Recebimento da segunda distinção “Marca Empregadora Inclusiva” 2023 (IEFP).
-



7. Recomendações de melhoria:

São recomendações para a melhoria do Sistema de Gestão da RUMO a/o:

- Continuação e aposta na dinamização e funcionamento do Conselho Técnico;
- Continuação da reorganização da estratégia de intervenção com pessoas em situação de emergência social - Rede de Respostas Integradas;
- Reforço da ação da Cooperativa, no contexto de Intervenções Territoriais Integradas (ITI);
- Continuação da consolidação e disseminação do modelo da Rede de Empregabilidade;
- Avaliação da satisfação de todas as partes interessadas da RUMO;
- Revisão do Plano Estratégico da RUMO, em colaboração com o Conselho Técnico e a Assembleia Geral de Cooperadores;
- Continuação da aposta na formação específica para o envolvimento e desenvolvimento pessoal e profissional de todos/as os/as trabalhadores/as, de forma a maximizar as suas potencialidades (Plano de Formação);
- Reforço da aposta na dinamização e divulgação do Centro de Formação da RUMO através da criação do Plano de Formação para prestação de serviços e consultoria especializada;
- Promoção de atividades regulares que fomentem a interação e cooperação entre trabalhadores/as, projetos e unidades da RUMO;
- Necessidade de resposta positiva e concertada no que concerne ao despertar da atenção da opinião pública para as organizações do terceiro sector por motivos alheios ao real valor, pertinência, legitimidade e contributo das organizações;
- Integração dos vários projetos e partilha de informação no sentido de melhor servir as necessidades dos destinatários/as, enquanto objetivo primário da Cooperativa;
- Maior controlo contabilístico *versus* tesouraria com a colaboração estreita entre o Conselho de Administração – Tesouraria; os secretariados e as coordenações dos projetos/respostas;
- Continuação da implementação de novos projetos que permitam diversificar as respostas à comunidade – desafio contínuo;
- Investimento e compromisso da Cooperativa com novos projetos/valências e equipamentos/instalações, com vista ao alcance de uma maior sustentabilidade institucional

e da manutenção e melhoria da presença e relevância da RUMO nos territórios de intervenção – lógica de continuidade;

- Continuação da aposta em ações/iniciativas de angariação de fundos e campanhas solidárias (patrocinadores/padrinhos e mecenas).
-

8. PLANEAMENTO

As ações resultantes deste Balanço e que se constituem formalmente como saídas da Revisão pela Gestão, encontrar-se-ão documentadas no Plano de Atividades do Sistema de Gestão para o ano de 2023.

9. ANEXOS

9.1 – Relatórios de Atividades – 1º e 2º semestres

9.2 – Matriz Global de Gestão (para os Processos-chave CIC e LIJ)

9.3 – Relatório de Contas da RUMO (2023)

O Conselho de Administração.



RUMO
Conselho
de
Administração



h.

RUMO, CRL
Demonstrações Financeiras Individuais
Exercício 2023

Modelo SNC
Dezembro de 2023

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023.....	5
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2023.....	6
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2023.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2023.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contábilísticas.....	11
4. Ativos fixos tangíveis.....	15
5. Propriedades de investimento.....	16
6. Ativos intangíveis.....	16
7. Ativos biológicos.....	16
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	16
9. Participações financeiras – outros métodos.....	16
10. Acionistas/Sócios.....	16
11. Outros ativos financeiros.....	16
12. Ativos e passivos por impostos diferidos.....	16
13. Inventários.....	16
14. Clientes.....	16
15. Adiantamentos a fornecedores.....	16
16. Estado e outros entes públicos.....	17
17. Outras contas a receber.....	17
18. Diferimentos.....	17
19. Ativos financeiros detidos para negociação.....	18
20. Outros ativos financeiros.....	18
21. Ativos não correntes detidos para venda.....	18
22. Caixa e depósitos bancários.....	18
23. Capital realizado.....	18
24. Outros instrumentos de capital próprio.....	18
25. Reserva legal.....	18
26. Resultados transitados.....	18
27. Excedentes de revalorização.....	18
28. Outras variações nos capitais próprios.....	19
29. Provisões.....	19
30. Financiamentos obtidos.....	19
31. Outras Contas a pagar.....	20
32. Fornecedores.....	20
33. Adiantamentos de clientes.....	20
34. Outros passivos financeiros.....	20
35. Vendas e prestações de serviços.....	20
36. Subsídios à exploração.....	20
37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros.....	21
38. Variação nos inventários da produção.....	21
39. Trabalhos para a própria entidade.....	21
40. Custo das vendas.....	21
41. Fornecimentos e serviços externos.....	21
42. Gastos com o pessoal.....	21
43. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....	22
44. Aumento /redução de justo valor.....	22
45. Outros rendimentos e ganhos.....	22
46. Outros gastos e perdas.....	22
47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	23

A. S. R.

48. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	23
49. Resultados financeiros	23
50. Partes relacionadas.....	24
51. Compromissos	24
52. Eventos subsequentes.....	24
53. Informações exigidas por diplomas legais	24

Handwritten initials or marks in the top left corner.

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A. 



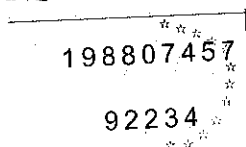
RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL
Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2023
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2023	31.Dez.2022
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	814.448,24	437.924,57
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	9	0,00	0,00
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	2.965,30	5.673,89
Activos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		<u>817.413,54</u>	<u>443.598,46</u>
Inventários	13	0,00	0,00
Activos biológicos	7	0,00	0,00
Clientes	14	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	15	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	1.140,84	1.355,71
Accionistas / sócios	10	810,00	705,00
Outras contas a receber	17	278.800,36	166.073,90
Diferimentos	18	3.776,49	3.628,01
Activos financeiros detidos para negociação	19	0,00	0,00
Outros activos financeiros	20	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	21	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	22	23.217,05	18.566,52
Total dos Activos Correntes		<u>307.744,74</u>	<u>190.329,14</u>
		<u>1.125.158,28</u>	<u>633.927,60</u>
Capitais Próprios			
Capital realizado	23	4.730,00	4.530,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	25	1.663,74	1.663,74
Outras reservas		54.286,54	54.286,54
Resultados transitados	26	-206.486,73	-111.911,63
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	27	510.651,07	128.440,46
Outras variações no capital próprio	28	5.797,21	5.797,21
Resultado líquido do exercício		<u>180.786,74</u>	<u>-104.873,44</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>551.428,57</u>	<u>-22.067,12</u>
Passivo			
Provisões	29	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	45.098,04	68.627,52
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	12	0,00	0,00
Outras contas a pagar	31	0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		<u>45.098,04</u>	<u>68.627,52</u>
Fornecedores	32	37.844,63	56.574,32
Adiantamento de clientes	33	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	94.423,10	119.413,38
Accionistas / sócios	10	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	30	178.529,43	178.529,36
Outras contas a pagar	31	211.978,52	230.759,84
Diferimentos	18	5.855,99	2.090,30
Outros passivos financeiros	34	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		<u>528.631,67</u>	<u>587.367,20</u>
Total do Passivo		<u>573.729,71</u>	<u>655.994,72</u>
		<u>1.125.158,28</u>	<u>633.927,60</u>
		0,00	0,00

Barreiro, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rute Pires
Susana Santos

Rute Pires
Susana Santos

R. A.



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Resultados Individuais
 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2023	31.Dez.2022
Vendas de mercadorias	35	0,00	0,00
Prestação de serviços	35	24.656,33	26.626,46
Subsídios à exploração	36	2.556.701,80	2.218.187,93
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunt	37	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	38	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	39	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	41	-322.513,95	-323.476,01
Gastos com o pessoal	42	-2.071.535,77	-1.992.765,58
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	29	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	44	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	45	50.649,47	34.991,19
Outros gastos e perdas	46	-11.630,44	-34.667,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		226.327,44	-71.103,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	-24.752,24	-20.779,72
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		201.575,20	-91.883,63
Juros e rendimentos similares obtidos	49	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	49	-20.788,46	-12.693,42
Resultado antes de impostos		180.786,74	-104.577,05
Imposto sobre o rendimento do período	16	0,00	296,39
Resultado líquido do período		180.786,74	-104.873,44
Resultado por acção básico		0,00	0,00

Barreiro, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia
 CC 92234

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rute Pires

Susana Santos

Rute Pires
 Susana Santos

A 2

Rumo, CRL
 Demonstrações Financeiras Individuais
 31 de dezembro de 2023



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - Exercício de 2023

(Valores expressos em euros)

	<u>31.Dez.2023</u>	<u>31.Dez.2022</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamento de Bolsas	(331.070)	(305.040)
Pagamentos a fornecedores	(359.876)	(356.622)
Pagamentos ao pessoal	(1.277.754)	(1.105.814)
Caixa gerada pelas operações	<u>(1.968.699)</u>	<u>(1.767.475)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	2.018.206	1.737.485
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	<u>49.507</u>	<u>(29.991)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(539)	6.651
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	<u>(539)</u>	<u>6.651</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	<u>(539)</u>	<u>6.651</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(23.529)	(7.843)
Juros e gastos similares	(20.788)	(12.743)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	50
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>(44.318)</u>	<u>(20.536)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	<u>(44.318)</u>	<u>(20.536)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>4.651</u>	<u>(43.876)</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>18.567</u>	<u>62.443</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>23.217</u>	<u>18.567</u>

Barreiro, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia
 CC 92234

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rute Pires

Susana Santos

Rute Pires
 Susana Santos

Handwritten initials/signature in the top left corner.

Rumo, CRL
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2023



RUMO - COOP.SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2023

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2022	1	Notas	4.530,00	1.663,74	54.286,54	-111.511,63	134.237,67	-104.873,44	-22.067,12
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos		27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos		27	0,00	0,00	0,00	0,00	382.210,61	0,00	382.210,61
Ajustamentos por impostos diferidos		12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		28	200,00	0,00	0,00	-94.575,10	0,00	104.873,44	0,00
		2	<u>200,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>-94.575,10</u>	<u>382.210,61</u>	<u>104.873,44</u>	<u>382.210,61</u>
Resultado Líquido do Período		3						<u>180.786,74</u>	<u>180.786,74</u>
Resultado Integral		4=2+3						<u>285.660,18</u>	<u>562.997,35</u>
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do Período 2023		6=1+2+3+5	<u>4.730,00</u>	<u>1.663,74</u>	<u>54.286,54</u>	<u>-206.486,73</u>	<u>516.448,28</u>	<u>180.786,74</u>	<u>551.428,57</u>

Barreiro, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernanda Lampreia

Fernanda Lampreia
CC 92234

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rute Pires
Susana Santos

Rute Pires
Susana Santos

A. 

RUMO, CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Rumo, CRL, foi constituída em 1981, tem a sua sede na Rua Miguel Pais, nº46, 1ªA, 2830-356 Barreiro. A Cooperativa tem como atividade principal o Apoio Social sem Alojamento. A Rumo é uma cooperativa sem fins lucrativos, que tem por objetivo fundamental a solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a pessoas em situação de desvantagens, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras da Rumo, CRL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efetuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2010).

SA
A

Exemplo de nota sobre os efeitos dos ajustamentos (NCRF 3)

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2011, obtidos de acordo com o normativo POC e os respetivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Nota 3 - Reconciliação do capital próprio

<u>Reconciliação do Capital Próprio</u>	<u>31-dez-10</u>	<u>1-jan-11</u>
Capital próprio POC	4.610	4.620
1. Despesas de instalação e constituição	-	-
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	-
3. Impostos diferidos	-	-
4. Desreconhecimento dep. Acum. Terreno Angola	-	-
Capital Próprio NCRF	<u>4.610</u>	<u>4.620</u>
Reconciliação do Resultado		
Resultado líquido POC	6.987	
1. Despesas de instalação e constituição	-	
2. Despesas de campanhas publicitárias	-	
3. Impostos diferidos	-	
4. Imparidades Activos - Obras prop. Alheia	-	
5. Desreconhecimento dep. Período terreno Angola	-	
Resultado líquido NCRF	<u>6.987</u>	

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Cooperativa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

A. F.
R

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Rumo, CRL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”.

GRA

No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registrada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Não se aplica.

3.5. Investimentos financeiros

Não se aplica.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Cooperativa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Cooperativa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio de aquisição como método de custeio.

3.8. Ativos biológicos

Não se aplica.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes ativos são classificados como “ativos não correntes”, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Capital social

As quotas ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Cooperativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Contratualizado um financiamento bancário no montante de 100.000,00€ no ano de 2020.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Cooperativa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Cooperativa reconhece rêdito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rêdito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rêdito em contratos de construção

A Cooperativa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cooperativa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Dez-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	284 855	160 687	-	-	-	445 541
Equipamento básico	146 996	-	-	-	-	146 996
Equipamento de transporte	173 110	-	-	-	-	173 110
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	292 174	8 219	-	-	-	300 393
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
Investimentos em curso	-	171 127	-	-	-	171 127
	<u>917 589</u>	<u>340 033</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 257 622</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	133 184	59 767	-	-	-	192 951
Equipamento básico	132 885	2 136	-	-	-	135 021
Equipamento de transporte	169 367	1 936	-	-	-	171 303
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	291 749	8 219	-	-	-	299 968
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
	<u>747 640</u>	<u>72 058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>819 698</u>
Valor Líquido	<u>169 950</u>	<u>267 975</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>437 924</u>
31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Dez-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-23
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	161 275	-	-	-	161 275
Edifícios e outras construções	445 541	-	-	-	127 167	572 708
Equipamento básico	146 996	-	-	-	-	146 996
Equipamento de transporte	173 110	-	40 070	-	-	133 040
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	300 393	8 767	-	-	-	309 160
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
Investimentos em curso	171 127	-	-	29 519	-	141 608
	<u>1 257 622</u>	<u>170 042</u>	<u>40 070</u>	<u>29 519</u>	<u>127 167</u>	<u>1 485 243</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	192 951	20 312	-	133 586	-	79 677
Equipamento básico	135 021	1 844	-	-	-	136 865
Equipamento de transporte	171 303	-	40 070	-	-	131 233
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	299 968	2 596	-	-	-	302 564
Outros activos fixos tangíveis	20 455	-	-	-	-	20 455
	<u>819 698</u>	<u>24 752</u>	<u>40 070</u>	<u>133 586</u>	<u>-</u>	<u>670 795</u>
Valor Líquido	<u>437 924</u>	<u>145 290</u>	<u>-</u>	<u>(104 067)</u>	<u>127 167</u>	<u>814 448</u>

5. Propriedades de investimento

Não se aplica.

6. Ativos intangíveis

Não se aplica.

7. Ativos biológicos

Não se aplica.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Não se aplica.

9. Participações financeiras – outros métodos

Não se aplica.

10. Acionistas/Sócios

Nota 10 - Accionistas e Sócios

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
x	-	810		705
y	-	-	-	-
	-	810	-	705

11. Outros ativos financeiros

Nota 11 - Outros ativos financeiros

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras - FCT	-	2.965	-	5.674
	-	2.965	-	5.674

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica.

13. Inventários

Não se aplica.

14. Clientes

Não se aplica.

15. Adiantamentos a fornecedores

Não se aplica.

A. S.
R

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Nota 16 - Estado e outros entes públicos

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		-
Outros impostos e taxas	1.141	-
	<u>1.141</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	296
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.456	3.005
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	13.302	28.656
Segurança Social	79.209	85.632
Outros impostos e taxas	457	467
	<u>94.423</u>	<u>118.057</u>

17. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Nota 17 - Outras contas a receber

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	278.800	-	166.074
	-	<u>278.800</u>	-	<u>166.074</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>278.800</u>	-	<u>166.074</u>

18. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

Nota 18 - Diferimentos

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	3776	3628
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>3.776</u>	<u>3.628</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	5.856	2.090
Outros rendimentos a reconhecer	0	0
	<u>5.856</u>	<u>2.090</u>

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 22 - Caixa e depósitos bancários

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Caixa	1.222	888
Depósitos à ordem	21.995	17.679
Depósitos a prazo	-	-
Outras	-	-
	<u>23.217</u>	<u>18.567</u>

23. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2023 o capital da Cooperativa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 28 quotas com o valor nominal de 100,00 euros cada.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Cooperativa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de Março de 2024, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

O valor dos de excedentes de revalorização é de 510.651,07€.

A. S. R.

28. Outras variações nos capitais próprios

Nota 28 - Outras variações nos capitais próprios

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	5.797	5.797
	<u>5.797</u>	<u>5.797</u>

29. Provisões

Não foram efetuadas no presente exercício quaisquer provisões.

30. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Nota 30 - Financiamentos obtidos e locações

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários	45.098	23.529	68.628	23.529
Contas caucionadas	-	155.000	-	155.000
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	<u>45.098</u>	<u>178.529</u>	<u>68.628</u>	<u>178.529</u>

31. Outras Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente apresentava como se segue:

Nota 31 - Outras contas a pagar

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimo gastos	-	-	-	-
Pessoal	-	143.594	-	133.173
Outras contas a pagar	-	68.384	-	97.587
	-	<u>211.979</u>	-	<u>230.760</u>

32. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Nota 32 - Fornecedores

	31-dez-23	31-dez-22
Fornecedores conta corrente	37.845	56.574
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores (Leasings)	-	-
	<u>37.845</u>	<u>56.574</u>

33. Adiantamentos de clientes

Não se aplica.

34. Outros passivos financeiros

Não se aplica.

35. Vendas e prestações de serviços

O valor de 24.656,33€ na rubrica da prestação de serviços diz respeito ao recebimento das mensalidades da valência CIC.

36. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2023 e de 2022 a Cooperativa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Nota 36 - Subsídios

	31-dez-23	31-dez-22
Subsídios	2.556.702	2.218.188
	<u>2.556.702</u>	<u>2.218.188</u>

37. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Não se aplica.

38. Variação nos inventários da produção

Não se aplica.

39. Trabalhos para a própria entidade

Não se aplica.

40. Custo das vendas

Não se aplica.

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Nota 41 - Fornecimentos e serviços externos

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	92.257	111.903
Materiais	16.226	18.574
Energia e fluídos	26.064	35.293
Deslocações, estadas e transportes	6.557	4.033
Serviços diversos (*)	181.409	153.672
Rendas de imóveis	51.090	41.827
Comunicação	14.381	14.095
Seguros	9.889	10.177
Outros Serviços	106.048	87.573
	<u>322.514</u>	<u>323.476</u>

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Nota 42 - Gastos com o pessoal

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.418.717	1.379.276
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	7.060	6.771
Encargos sobre remunerações	295.897	283.839
Seguros	14.811	14.046
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	335.051	308.833
	<u>2.071.536</u>	<u>1.992.766</u>

O número médio de empregados da Cooperativa no exercício de 2023 foi de 70, no exercício de 2022 foi de 88, no exercício de 2021 foi 86.

43. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica.

44. Aumento /redução de justo valor

Não se aplica

45. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

Nota 45 - Outros rendimentos e ganhos

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Rendimentos suplementares	21.239	15.755
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Restituição de impostos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>29.410</u>	<u>19.236</u>
	<u>50.649</u>	<u>34.991</u>

46. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

Nota 46 - Outros gastos e perdas

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Donativos	-	-
Multas e penalidades	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	<u>11.630</u>	<u>34.668</u>
	<u>11.630</u>	<u>34.668</u>

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Nota 47 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	31-dez-23			31-dez-22		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	24.752	-	24.752	20.780	-	20.780
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	24.752	-	24.752	20.780	-	20.780

48. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica

49. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

Nota 49 - Resultados financeiros

	31-dez-23	31-dez-22
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	0,00	0,06
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	20.788	12.693
	20.788	12.693
Resultados financeiros	(20.788)	(12.693)

50. Partes relacionadas

Não se aplica.

51. Compromissos

Não se aplica.

52. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

53. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Cooperativa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Cooperativa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.